

TO LEGAL
-0. DEZ. 1975

Poder Popular

Director: Fernando Ribeiro Mendes

Órgão do Movimento de Esquerda Socialista

Ano I N.º 20 (Nova Série) 5 de Dezembro de 1975 Preço 4\$00

resistir

A coberto de um pretenso golpe da «extrema-esquerda» que nunca existiu e do seu desmantelamento estamos a assistir a uma ofensiva repressiva sobre o movimento popular de massas e sobre os militares revolucionários.

O MES rejeita categoricamente as atoardas que o identificam com a preparação de tal inventona. Mas o que o MES não rejeitará é a posição política que assumiu e assume face à gravidade da situação criada. O MES, como organização política revolucionária face ao desenrolar dos acontecimentos apoiou explicitamente os camaradas pára-quedaistas e a sua justa luta assim como procurou organizar os trabalhadores para a resposta revolucionária às acções militares terroristas desencadeadas contra a PM e o RALIS e outras unidades progressistas. O que o MES não rejeita é a defesa intransigente dos militares revolucionários vítimas da repressão, a defesa das conquistas populares.

para vencer!



TODO O APOIO

AOS MILITARES REVOLUCIONÁRIOS PRESOS



OPERÁRIOS, SOLDADOS E MARINHEIROS

camaradas do Ralis, marinha,
pára-quedaistas, operários da Lisnave
e da Comissão de Luta de Setúbal
em mesa redonda

contam o "25 de Novembro"

neste número:



A LUTA CONTINUA

entrevista

com o camarada Augusto Mateus
do Secretariado da CPN do MES

RESISTAMOS PARA VENCERMOS!

Lisboa, 1 de Dezembro de 1975

Comunicado da CPN do MES

1. A coberto de um prenho golpe da «extrema-esquerda» que nunca existiu e do seu desmantelamento estamos a assistir a uma ofensiva repressiva sobre o movimento popular de massas e sobre os militares revolucionários. Esta ofensiva foi preparada com larga antecedência pelos oficiais reaccionários, alguns dos quais saenados nos sucessivos avanços do processo revolucionário (25 de Abril, 28 de Setembro e 11 de Março) nos aspectos político-militares operacionais e pela acção dos partidos da burguesia (C. D. S., P. P. D., P. S.) que há muito vinham desenvolvendo uma campanha desesperada contra o poder popular, os militares revolucionários e o desenvolvimento do processo revolucionário.

A ofensiva repressiva da direita apoiada na acção golpista dos Comandos e dos seus chefes político-militares visa muito claramente satisfazer os interesses da burguesia e do imperialismo, reprimir os órgãos unitários de base dos trabalhadores e tentar aniquilar as organizações políticas que combatem consequentemente na defesa do povo trabalhador na luta pelo poder popular, pela independência nacional e pelo socialismo, para voltar a plantar no nosso país a ditadura repressiva da burguesia.

Assim, neste momento o fascismo ameaça gravemente os trabalhadores portugueses.

2. Aproveitando a declaração do «estado de sítio», os fascistas, os reaccionários, os sociais-democratas e os reformistas desenvolvem uma acção comum no que respeita à responsabilização da esquerda revolucionária pelo prenho golpe de 25 de Novembro.

Os sucessivos comunicados oficiais e oficiosos têm enganado o povo. Utilizando à boa maneira de antes do 25 de Abril todo o aparelho de propaganda que neste momento funciona, as várias tendências que se debatem ao nível do poder tentam passar um atestado de embrutecimento ao povo trabalhador do nosso país, desenvolvendo a fábula do «golpe da extrema-esquerda».

Vejamos qual o passado recente da actuação das várias forças e tendências políticas e militares.

Com a consolidação da burguesia no Poder através do VI Governo e da tomada de fortíssimas posições no seio do Conselho da Revolução, que assim se transformou em Conselho da Contra-Revolução, desenvolveu-se uma poderosa ofensiva de massas que na prática impediu a consolidação desse poder burguês direitista.

No decurso desta fase do processo revolucionário assistiu-se a um avanço de toda a direita, militar e civil, que, aproveitando-se da inconsequência dos sectores democráticos da burguesia falsamente socialista, ganhou rapidamente força recuperando muitas das machadadas que o desenvolvimento do processo revolucionário lhe tinha vibrado. As bombas e os panfletos do E. L. P. e do M. D. L. P., o renascer de movimentações reaccionárias tentando captar o descontentamento de algumas camadas da população perante as hesitações do poder instituído e o avançar da crise económica, a aglutinação dos oficiais reaccionários sob uma direcção única e uma perspectiva de liquidação do processo revolucionário, e a radicalização à direita de forças como o P. P. D., são prova disso.

Os sectores democráticos da burguesia falsamente socialistas enquadrados no P. S. e representados pelos «Nove» ao nível militar, hegemónicos ao nível do poder político-militar saído da assembleia golpista do M. F. A. em Tancos, limitaram-se nesta fase do processo a uma defesa inconsequente desse poder, do VI Governo e da plataforma e alianças políticas em que assentava, como meio de responderem ao avanço crescente das forças de direita reaccionária.

As forças reformistas lideradas pelo seu bastião, o P. C. P., desenvolveram nesta fase do processo uma política golpista, aventureira e direitista no plano das alianças políticas e dos objectivos adiantados para o movimento popular de massas, subordinando toda a sua acção à reforma do poder político-militar saído do golpe de Tancos, orientando para a reconstrução do M. F. A. e para o escorçoamento das forças mais direitistas do Governo. O golpismo aventureiro do P. C. P., bem expresso no silenciamento da expressão poder popular a partir de certa altura, assenta em última análise numa concepção da revolução assente na trilogia «nacionalizações-reforma agrária-hegemonia do partido no seio do

poder político-militar», que como é evidente nada tem que ver com a construção do poder dos trabalhadores, das massas populares, nem com a destruição do capitalismo. Desenvolvendo uma política subordinada aos interesses da política externa da U. R. S. S. e tolhido pela sua natureza reformista, o P. C. P. tentou mobilizar as massas em torno de duas grandes palavras de ordem — «P. P. D. fora do Governo» e «militares revolucionários para o Conselho da Revolução» — para obter força à mesa das negociações com os «Nove» e o P. S. e simultaneamente estimular a acção de direita que permitisse a sua identificação e isolamento e empurrasse para o seu terreno os sectores democráticos da burguesia. O aventureirismo desta política expresso na subavaliação da força de direita militar, acicatado pelo reforço crescente das forças da esquerda revolucionária, levou à tentativa votada ao fracasso de, através de movimentações corporativo-reivindicativas no campo civil e militar, pressionar a queda do VI Governo e ganhar o máximo de força para a negociação. Abater a direita reaccionária e a esquerda revolucionária pelo desenvolvimento de uma tática golpista aventureira era o objectivo do P. C. e que o levou nesta fase do processo a traír a classe operária e o processo revolucionário.

A esquerda revolucionária e fundamentalmente o M. E. S. empenharam todas as forças nesta fase do processo na luta pela generalização da ofensiva popular de massas contra o VI Governo da burguesia, pela constituição de um poder revolucionário legitimado pela construção do poder popular, denunciando todas as forças de golpismo, alertando para o reforço da ameaça fascista e recusando claramente pela sua acção e pelas suas posições públicas qualquer golpe militar de esquerda que nunca poderia levar à destruição do aparelho de Estado burguês e à criação do exército popular, e de um aparelho de Estado assente no poder popular, única forma de avançar seguramente na via revolucionária da independência nacional e do socialismo.



3. Portanto, todas as forças que hoje nos acusam directa ou indirectamente de estarmos implicados num golpe de extrema-esquerda que nunca existiu, são forças que no passado, no presente e no futuro não farão outra coisa do que golpes nas costas do povo trabalhador.

Os «Nove» e o P. S. deram o seu golpe da Assembleia do M. F. A. de Tancos que levou à destruição do M. F. A. como força progressista e à queda do V Governo de conciliação de classes.

A partir daí mantiveram a sua política golpista entalada entre o golpismo reformista e o golpismo reaccionário de direita até à degradação da situação político-militar que atingiu o seu auge com a suspensão das actividades do VI Governo. O 25 de Novembro longe de ser um golpe de extrema-esquerda, não passou de um golpe iniciado sob a iniciativa do reformismo e continuado pela acção da direita reaccionária que dele se aproveitou totalmente passando a comandar todas as operações militares que levaram à destruição das unidades militares progressistas e, de certo modo, atenuada e também aproveitada pelos «Nove» para conseguirem reforçar as suas posições, sobretudo na Região Militar de Lisboa.

4. No meio de todo este conjunto de acções golpistas, as forças revolucionárias civis e militares, conscientes da ameaça fascista e empenhadas numa tática ofensiva claramente alicerçada na actualidade da revolução e na defesa da única alternativa capaz de resolver os interesses mais imediatos das massas e garantir o caminho seguro para a democracia, o socialismo, e a liberdade, foram forçadas a combater neste terreno de luta altamente desfavorável com os objectivos bem precisos de defender as unidades progressistas, os órgãos de classe dos soldados e organizar a resposta popular ao avanço da direita.

A tentativa de tomar as posições consequentes de defesa intransigente dos interesses da classe operária e da revolução socialista, a recusa de uma posição fácil defensiva, de uma posição de exteriormente à luta frontal limitar-se a comentá-la, demitindo-se desse modo de assumir qualquer posição de direcção, é a única acusação que pode ser feita às forças revolucionárias civis e militares que resistiram e resistem ao golpe reaccionário alimentado pela aventura reformista.

5. Aproveitando a hesitação e a traição do P. C. P. ao processo revolucionário, aproveitando a debilidade militar e ao nível das massas populares dos sociais-democratas do grupo dos «Nove», a conspiração fascista avança.

Assim, pelo facto do M. E. S. ter sido uma das poucas organizações que assumiu revolucionariamente a situação criada pelas ocupações das bases da Força Aérea pelos pára-quedistas, apoiando no terreno da luta de massas a luta desses camaradas e dos soldados, marinheiros, sargentos e oficiais progressistas das unidades militares alvo de ataques terroristas, os sociais-democratas e os traidores reformistas procuram caluniar a nossa organização, responsabilizando-a por esse tal golpe de extrema-esquerda, inventona burguesa que abre o caminho ao fascismo.

O M. E. S. rejeita categoricamente as atoardas que o identificam com a preparação de tal inventona. Mas o que o M. E. S. não rejeitará é a posição política que assumiu e assume face à gravidade da situação criada. O M. E. S., como organização política revolucionária face ao desenrolar dos acontecimentos apoiou explicitamente os camaradas pára-quedistas e a sua luta assim como procurou organizar os trabalhadores para a resposta revolucionária às acções militares terroristas desencadeadas contra a P. M. e o Ralis e outras unidades progressistas. O que o M. E. S. não rejeitará é a defesa intransigente dos militares revolucionários vítimas da repressão, a defesa das conquistas populares.

Os trabalhadores em Lisboa, em Setúbal, no Alentejo, etc., aperceberam-se claramente com este processo quais os organizações que os servem revolucionariamente e quais aquelas que deles se servem para a conciliação traidora que abriu caminho ao fascismo. Mas, camaradas, o fascismo não passará! A classe operária, o povo trabalhador, os soldados e marinheiros erguer-se-ão contra a repressão militarista e vencerão, apesar das dificuldades e das ameaças que a actual situação impõe. Os trabalhadores e os soldados defenderão os seus órgãos autónomos de poder popular (comissões de trabalhadores, comissões de moradores, conselhos de aldeia, comissões de soldados). Defendendo-se revolucionariamente, a classe operária e o povo trabalhador saberão vencer a ameaça fascista e criar condições para retomar a ofensiva e levá-la ao triunfo.

II CONGRESSO NACIONAL

Atendendo ao agravamento da situação política, à substancial alteração das condições de luta e à necessidade de fazer face a tarefas organizativas imediatas, a CPN decidiu adiar o II Congresso Nacional cuja data será marcada em definitivo pelo Conselho Político Nacional a realizar nos próximos dias.

Lisboa, 3 de Dezembro de 1975
O Secretariado da CPN

a nova fase de luta e as tarefas dos revolucionários

As consequências do Golpe reaccionário do 25 de Novembro que, com a cumplicidade da traição do P.C.P., liquidou as posições dos militares revolucionários nas F.A.s, têm de ser profundamente estudadas pelos revolucionários.

Desse estudo se recolherão os ensinamentos que os comunistas necessitam no que diz respeito às formas de luta e à definição das tarefas centrais dos revolucionários e do Movimento Operário, na nova fase de luta.

Quais os ensinamentos imediatos que se podem retirar desde já, deste revés?

Em primeiro lugar, devemos tirar as lições fundamentais da derrota militar que ele constitui. Essa derrota é um malogro, em imediato, da ofensiva popular vitoriosa que assentava na aliança das massas trabalhadoras com os soldados, marinheiros e oficiais revolucionários.

A burguesia criou as condições para reconstruir enfim o seu aparelho repressivo, pois a organização de classe dos soldados e marinheiros está demasiado atrasada para que possa impedi-lo, sem o concurso das unidades revolucionárias aniquiladas e dos oficiais revolucionários presos e demitidos. O «quisto» revolucionário nas Forças Armadas da burguesia está a ser estripado e a «ordem e disciplina» reencontram os instrumentos que

da no 28 de Setembro e 11 de Março e que objectivamente correspondia às necessidades do «Grupo dos 9» que não dispunham nem dispõem de força militar para a concretização e êxito do seu plano político.

Do outro lado encontravam-se as Forças Militares comandadas pelos oficiais progressistas e revolucionários sem um plano de acção político-militar amadurecido.

Começava por outro lado a tomar corpo entre os oficiais revolucionários a tendência para a resolução da crise pela via da ofensiva de massas, a que teria de corresponder uma profunda ligação com as massas e suas organizações próprias e uma direcção político-militar capaz de assumir até às últimas consequências a direcção do processo.

Do avanço da influência desta tendência se aperceberam quer as forças de direita quer as forças social democratas e reformistas. Os sucessivos insucessos das tentativas de conciliação das tendências entre os oficiais e o cada vez maior desfazimento entre a força de mobilização popular e os seus objectivos limitados pela influência reformista tornaram inevitável uma solução de tipo militar que a acção dos pára-queidistas despoletou.

Todas as forças e direcções políticas tinham consciência plena de que seriam derrotadas aquelas forças

cionária abriu por outro lado o terreno para o aventureirismo tático dos reformistas do P.C.P. e dos militares que seguem a sua linha.

Os reformistas aproveitando uma reivindicação corporativa dos pára-queidistas, e a sua força militar e a sua determinação revolucionária, procuraram canalizá-la para a substituição dos oficiais de direita no Conselho da Revolução fazendo ao mesmo tempo pressão sobre o VI Governo Provisório.

O aventureirismo golpista dos reformistas foi estimulado pelo desenvolvimento da crise político-militar que tornava cada vez mais actual a questão do poder e consequentemente a tática dos revolucionários que apontava claramente para uma saída insurreccional, contrariando em aspectos essenciais, e em particular no da direcção político-militar desta fase do processo, a tese reformista do «Golpe militar» com o apoio de massas.

A simultaneidade do golpe militar de direita e do golpe militar reformista tornam impossível quer a organização da resposta de massas à acção das forças militares de direita, pela confusão que criou no seio das massas quer a resposta militar consequente dos revolucionários militares que os reformistas conseguiram envolver na sua acção aventureira.

É neste quadro que se pode entender a desmobilização e a confusão lançadas nas jornadas cruciais da semana passada pelos dirigentes reformistas que, na miragem fácil de limparem o terreno para a conciliação, não hesitaram juntar a sua voz àqueles que querem comprometer numa aventura militar os revolucionários mais consequentes.

É neste quadro que se deve compreender o espanto e a indiferença de milhares de militantes revolucionários, muitos deles filiados no P.C.P., que não compreenderam de imediato ao que leva a política reformista que tudo sacrifica à conciliação de classe e às manobras nas cúpulas do poder civil e militar.

A classe operária e os trabalhadores perderam uma batalha. Mas não perderam a guerra!

Todas as energias têm de se concentrar na defesa dos órgãos de luta e de poder das massas trabalhadoras. Os revolucionários devem tomar a cabeça do movimento popular e organizar a sua defesa. As forças da burguesia, vencedora no plano militar, **queiram ou não queiram os conciliadores**, vão organizar o ataque contra os órgãos de poder popular, contra toda a organização de classe dos explorados e oprimidos. A política económica do VI Governo agora ressuscitado é de **Salvação do Capitalismo**. O que só pode ser obtido à custa do aumento da exploração dos trabalhadores. As conquistas revolucionárias estão por isso ameaçadas. A organização popular é o obstáculo mais importante a abater, do ponto de vista dos lacaios do capital e do imperialismo.

A informação revolucionária ao serviço da classe operária e do povo está agora banida dos órgãos de informação estatais. Há que erguer dos órgãos de Informação estatais. Há que erguer de imediato uma forte **Imprensa Operária e Popular** que defenda e organize os explorados e oprimidos contra as calúnias do seus inimigos.

As Comissões de trabalhadores e de moradores, todos os órgãos de luta e de poder das massas, as Associações populares devem organizar **boletins** que combatam a mentira e a calúnia dos burgueses e chamem à luta o povo trabalhador.

Os militares revolucionários são hoje vítimas de acusações falsas e de perseguição criminosa. Levantemos um poderoso movimento de solidariedade para com os militares revolucionários exigindo a sua libertação imediata! Reforcemos a vigilância revolucionária sobre quaisquer tentativas de libertar os verdadeiros inimigos da revolução, os Pídes e os golpistas de 28 de Setembro e do 11 de Março!

Unamos todos os esforços dos que queiram lutar contra todas as tentativas de restaurar o fascismo na nossa pátria. Unamo-nos em Comissões de Unidade Revolucionária que ergam uma forte barreira popular aos golpistas reaccionários. Defendamos as nossas conquistas e a nossa organização!

Resistamos para vencermos!



as podem impôr às massas populares.

Em 2.º lugar, a classe operária, em especial os operários de vanguarda e todos os revolucionários conhecidos agora, através da experiência dura da prática, o que é o reformismo do P.C.P., qual a sua verdadeira face e como pode trair os interesses do proletariado e da Revolução Socialista nos momentos decisivos.

É necessário esclarecer e tornar claro aos olhos das massas a natureza da crise que culminou com os acontecimentos do 25 de Novembro e dias seguintes e o papel dos Partidos que neles tiveram participação mais ou menos directa.

A burguesia e os seus partidos, desde os de direita aos social-democratas, detinham cada vez menos controlo sobre o aparelho militar em cujo seio se desenvolvia e ganhava corpo a organização política dos soldados, marinheiros e oficiais revolucionários. A política de direita do VI Governo Provisório tinha como resposta uma ampla e intensa mobilização de massas em que se manifestava a inconsciência da direcção reformista do P.C.P. e das suas correntes de transição (Intersindical, Secretariado das Comissões de Trabalhadores da Cintura Industrial de Lisboa, etc.) e no seio da qual ganham aceitação crescente as palavras de ordem que apontam no sentido de uma solução revolucionária com a constituição de um Governo de Unidade Revolucionária, ou seja, com a institucionalização de órgãos de poder de onde fosse arredada a conciliação de classes.

A crise de dominação da burguesia exigia uma solução política na qual era inevitável a presença e o papel das forças militares mais ou menos articuladas com as organizações de poder popular e com as organizações políticas.

De um lado encontravam-se as forças de direita dispostas de um Estado Maior Operacional aglutinado em torno da Frente Militar Única (F.M.U.) que correspondia à organização de toda a direita militar sucessivamente derrotada

que tomassem a iniciativa militar. As forças revolucionárias civis e militares arredando do horizonte a perspectiva golpista trabalhavam afinadamente para a constituição de uma direcção que unificasse a vanguarda político-militar adequada à condução desta fase do processo revolucionário e que pudesse conduzir à constituição de um poder revolucionário capaz de solucionar os principais problemas das massas trabalhadoras no sentido do Socialismo e da independência nacional.

O golpe do 25 de Novembro residiu na acção das forças político-militares de direita que desencadearam simultaneamente uma acção reaccionária no centro do país com o bloqueio das vias de acesso de Lisboa a partir da exploração política das reivindicações dos camponeses da zona do Rio Maior, que desencadearam uma acção política de provocação para afastar Otelo do Comando da Região Militar de Lisboa e que converteram em acção militar golpista a acção dos Páras de Tancos que do ponto de vista militar tinha mero carácter defensivo (neutralização dos mais perigosos bastiões da direita).

Não restam dúvidas, depois de analisadas as várias fases e incidências do processo 25 de Novembro, do carácter reaccionário da acção militar desencadeada pelos Comandos e pelas tropas que obedeceram ao posto de Comando instalado no Quartel da Amadora.

No desencadeamento da acção dos Páras de Tancos não tiveram, por outro lado, qualquer papel os oficiais revolucionários que subescreveram o «manifesto dos 18» aprovado em várias fábricas em dias anteriores. O seu arrastamento para a acção seria inevitável e isso sabia-o a direita militar e civil, pelo papel de comando que desempenhavam em várias unidades militares fundamentais do ponto de vista operacional. Pela necessidade de responder ao afastamento de Otelo e pela solidariedade espontânea à luta dos Páras de Tancos.

A imaturidade de uma direcção político-militar revolu-

face ás calúnias lançadas contra os soldados da PM, "Poder Popular" divulga extractos dos 3 comunicados da respectiva Comissão de Luta, ao povo português

a "COMISSÃO de LUTA" da PM responde

COMUNICADO 1

(...) Já alguma vez se viu, como dizem os comunicados oficiais, forças de esquerda a desencadear golpes contra-revolucionários com o objectivo de destruir a democracia e travar o caminho para o socialismo?

Os acontecimentos ocorridos nestes dias enquadram-se na esforçada tentativa que a burguesia reacção e fascizante tem feito para impor novamente ao nosso país a «lei», a «ordem», e a «autoridade» que lhes permitam continuar a oprimir e a explorar o nosso povo.

(...) Assim, cerca das 2 horas da madrugada do dia 26, em virtude de o nosso Regimento se ter recusado a cumprir uma ordem do Presidente da República para dispersar a tiro os populares ordeiros que se encontravam em frente do Palácio de Belém e que apenas exigiam a presença do general Otelo, logo os «comandos» accorrem solícitos a cumprir tal ordem repressiva, varrendo assassina e à rajada de metralhadora (como tinham feito horas antes sobre os civis que accorrem ao G.D.A.C.I. em Monsanto) provocando vários feridos, entre eles um camarada furiel.

Na sequência deste crime, e entusiasmados pela sua prática, logo aproveitaram para subir a Calçada da Ajuda e provocatoriamente disparar algumas rajadas na direcção do antigo Quartel do Regimento de Cavalaria 7, tentando ainda atemorizar os camaradas que estavam de sentinela com a seguinte ameaça: «É melhor largarem já as armas e abrir os portões pois logo será pior».



os "COMANDOS" junto à PM

Após esta atitude repressiva e intimidatória foram recebidos alguns telefonemas, nomeadamente do capitão Cebola, adjunto do Comandante do AMI e que saíra do nosso Regimento, e outros anónimos, que ameaçavam destruir o RPM, caso este não declarasse a sua fidelidade ao Presidente da República, o que já tinha sido afirmado pelo nosso comandante ao 2.º comandante da Região Militar de Lisboa, coronel Silva Carvalho. Foi-nos comunicado então pela Presidência da República que em face da nossa posição não havia quaisquer problemas. Nestas circunstâncias deixámos de nos preocupar com aquelas intimidações até porque nunca pensamos que um Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas e Presidente da República pudesse sancionar ou impulsionar uma acção criminosa, a de pôr soldados contra soldados. Nesta situação, os comandantes e a guarnição do Regimento foram descansar, ficando somente a guarda nos seus postos.

(...) Cercadas 7,20 da manhã através de um telefonema do general Leão Correia, director da arma de Cavalaria, foi comunicado ao major Campos de Andrade que devia comparecer na Presidência da República, assim como os maiores Tomé e Cuco Rosa, até às 8 horas. Quando o comandante perguntou qual o motivo desta convocatória o general respondeu que desconhecia, ao que o comandante argumentou que não se apresentava sem saber primeiro o motivo da convocatória. Imediatamente após telefonou-se para a Presidência

da República para confirmar a convocatória anterior, tendo aparecido ao telefone o capitão Sousa e Castro, «leal conselheiro da contra-revolução», que não só confirmou a ordem de apresentação como acrescentou: «Vens cá para veres as estuetas, as paredes e o tecto do Palácio». O comandante resolveu reunir o Plenário da Unidade para informar e discutir a situação que lhe era criada e ao Regimento, ficando aí aprovado por maioria, apenas com quatro abstenções, que os três maiores não sairiam do quartel enquanto o Presidente da República não justificasse o motivo da convocação. O Plenário foi interrompido por um telefonema do tenente-coronel Galamba de Castro da Presidência da República e cunhado do nosso comandante a pedir-lhe para se apresentar e a dar-lhe a palavra de honra de que não seria preso, assim como os maiores Tomé e Cuco Rosa. Enquanto se esperava que o comandante viesse atender este telefonema convém acrescentar que se ouviu do outro lado do fio após a nossa informação de que devia aguardar uns momentos pois o comandante estava num Plenário, uma mensagem de Rosa para Neves: «Aproveita agora que eles estão em Plenário». Quando o comandante se dirigiu novamente ao Plenário tendo declarado já que por decisão pessoal decidira apresentar-se e consigo os outros dois maiores ouvem-se os primeiros disparos do sr. cor. Jaime Neves, um dos maiores assassinos da guerra colonial, e dos seus homens que pagos a peso de ouro cumprem as suas ordens.

Correm então os nossos camaradas para os seus postos e durante não poucos minutos resistem à agressão dos «comandos».

Enquanto o nosso quartel era traiçoeiramente atacado numa clara manobra reacção e de ultraje ao povo e à Revolução, o major Campos de Andrade fez vários apelos para a P. R. mandar cessar fogo. Responderam que não conseguiam fazer parar imediatamente a sua máquina de guerra. É então que o comandante dá ordem para que cessem os tiros tendo o major Tomé decidido para a parada de baixo do fogo dos inimigos do povo e de braços no ar também ele manda cessar fogo. Depois é a rendição dos nossos comandantes e a sua despedida do Regimento e dos seus homens seguindo-se a invasão, as humilhações, as provocações, o sangue e a pilhagem do quartel que foi o quartel do povo e hoje é um covil de assassinos e fascistas. Foram utilizadas as melhores técnicas à antiga maneira da guerra colonial fascista. Ao povo português declaramos com dignidade e firmeza que é falso o comunicado emitido pelo chefe do Estado-Maior das Forças Armadas sobre os acontecimentos do dia 26 de Novembro no Regimento da Polícia Militar.

29 Nov. 1975

COMUNICADO 2

A Comissão de Luta dos militares da PM vem dizer-vos que o relato dos acontecimentos feitos pelos lacaios do fascista Jaime Neves é uma pura mentira.

Tudo é falso desde a história dos civis armados até à acusação de sermos nós que disparámos primeiro. A atestar este facto o major Tomé tomou a posição heroica de de baixo de fogo ter interrompido o tiroteio para evitar derramamento de sangue.

(...) O corpo do nosso querido camarada aspirante BAGAGEM assassinado miseravelmente pelas balas assassinas foi desviado afim de evitar uma justa homenagem popular. No entanto, foi possível aos que se aperceberam do golpe prestar as últimas homenagens a este antifascista caído na luta pela defesa das liberdades democráticas.

Não podemos desistir da luta. Temos de responder aos golpes dos fascistas com a nossa organização e vontade de lutar.

2/12/75

COMUNICADO 3

A Radiotelevisão Portuguesa e a Emissora Nacional insistem na sua campanha difamatória.

A reportagem do Palácio de Belém foi uma apologia do marginalismo. Porque não dizem ao povo que tentam enganar que os militares da P. M. desenvolviam um combate sem tréguas aos ladrões, aos chulos, aos drogados, aos traficantes de droga, aos assassinos e aos elpistas? Porque não dizem que os marginais que a P. M. prendia eram indivíduos que assaltavam em plena rua, organizados em autênticas quadrilhas com intermediários que vendiam os produtos dos roubos, e que actuavam com perfeita convívência com as «autoridades»? Porque não dizem que os civis em flagrante delito presos pela P. M., quando entregues à P. S. P., saíam do Governo Civil impunes logo passado pouco tempo? Porque não mostram ao povo português os seu número de objectos e demais produtos dos roubos capturados e readquiridos pelos militares da P.M.?

Relativamente aos métodos «brutais» de que acusam os militares do R. P. M., indo descaradamente ao ponto de os apelar de «nova P.I.D.E.» e de «bandos torcionários», declaramos que tais acusações são falsas e por isso as repudiamos inteiramente. Todos os de boa-fé e recta intenção puderam verificar através das imagens o carácter fraudulento e mentiroso das presumíveis provas.

Porque não relatam antes toda a campanha intimidatória e repressiva que têm vindo a exercer sobre alguns de nós? Porque não relatam também as prisões de alguns camaradas, as arbitrariedades e brutalidades de que foram vítimas os oficiais e sargentos detidos com ameaças de espancamento e até de fuzilamento? Porque não relatam ainda a forma arbitrária, à semelhança de qualquer justiça privada, que conduziu camaradas nossos para a prisão do Regimento de Comandos da Amadora?

Apelidam de contra-revolucionários os militares que já deram sobejas provas de estar ao lado da classe operária e do povo trabalhador, e nós apresentamos factos objectivos e verídicos que fazem cair a máscara daqueles que à força de canhões pretendem governar o nosso País para assim continuarem a oprimir o nosso Povo.

No nosso Regimento aquando do ataque de 26 de Novembro entraram oficiais que dali se tinham demitido por não estarem ao lado do processo revolucionário e outros direitos e fascistas reconhecidos saneados em 28 de Setembro e em 11 de Março. Vinham armados até aos dentes numa clara manobra organizada e premeditada desencadeada pela extrema direita visando a destruição e o aniquilamento das unidades progressistas, há já algum tempo pedidas em comícios e declarações públicas dos partidos que servem essa extrema direita e de outros que lhes abriram as portas correndo agora o risco de por ela mesmo serem tragados. São estes que agora comandam e enquadram o R. P. M. Não temos dúvidas.

SOLIDARIEDADE INCONDICIONAL COM O COMANDO DO R.P.M.-MAJORES

Campos de Andrade, Tomé e Cuco Rosa, defensores intransigentes da organização autónoma dos soldados e da consolidação dos órgãos de Poder Popular.

LIBERTAÇÃO IMEDIATA DE TODOS OS CAMARADAS ANTIFASCISTAS PRESOS

FIM IMEDIATO DO ESTADO DE SÍTIO MORTE AO FASCISMO E A QUEM O APOIAR OPERÁRIOS E CAMPONESES, SOLDADOS E MARINHEIROS, UNIDOS VENCEREMOS

A COMISSÃO DE LUTA



OPERÁRIOS, SOLDADOS E MARINHEIROS face ao "25 de Novembro"

camaradas do Ralis, da marinha, pára-quadistas, operários da Lisnave e da Comissão de Luta de Setúbal, em mesa redonda

Noutros locais descrevemos e tomamos posição acerca do golpe de direita, cuidadosamente planeado e levado a cabo a pretexto de um pretense golpe de esquerda (que de golpe nada tinha visto que não visava a tomada do poder — tratava-se de movimentações dos «páras» em apoio de reivindicações suas, a que o PCP aventureiramente prometeu apoio com que depois veio a faltar, traido e levando à derrota os soldados e os trabalhadores).

«Poder Popular» falou com vários elementos — operários e soldados — que em sítios diversos viveram estes dias de angústia. Os seus depoimentos, a experiência directa que aqui descrevem ajudam a compreender o que se sentiu e sofreu, nestes dias, nas fábricas e quartéis deste país.

É necessário que destes dias, e desta derrota, retiremos todas as lições, para que a classe operária e os soldados nunca mais caiam nos mesmos erros, nunca mais acreditem em falsos amigos, aprendendo a escolher os únicos caminhos — o da organização e o da luta — que levam à vitória final e ao socialismo.

Marinheiro — Quando cheguei, no dia 25, à minha unidade, vi que estávamos em vigilância reforçada; ao meio da manhã passamos a prevenção rigorosa e calculámos logo que havia qualquer coisa.

Entretanto, um camarada delegado à CDEIA deu as novidades do dia anterior e mais uma série de coisas. Começaram por dizer que a posição da marinha era solidária com os «páras». Disseram-nos que os «páras» tinham tomado as bases aéreas e que o seu objectivo era correr com o chefe de Estado-Maior da Força Aérea, Morais e Silva e mais o Pinho Freire.

Ora nós, marinheiros da Armada, também não estávamos de acordo com esses senhores porque eles não admitiam o associativismo dentro das F.A. e nós na Armada já tínhamos isso. Nós sabíamos que eles eram reacçãoários, e que não é com reacçãoários que se faz a revolução.

Eram 11 da noite no comando da base naval de Lisboa, os delegados à CDEIA não continham o pessoal nas unidades, nos navios, bases, etc., ninguém os segurava porque eles queriam vir para a rua defender o povo. As praças, alguns oficiais e sargentos evolucionários, queriam vir para a rua defender o povo; e os marujos faziam

a maior força.

O tenente Judas, que ao princípio parecia disposto a defender a revolução, se fosse necessário, começou também, quando viu as coisas correr mal, a dizer que o melhor era desmobilizarmos-nos e irmos para casa, ao contrário da nossa vontade.

Nós fariamos pressão e insistimos para sair. Eram 11 da noite quando recebemos ordem para nos armarmos. Armámo-nos cerca de 400 homens no portão da Romeira e no portão verde. Tínhamos cerca de 2000 homens, trabalhadores da zona de Almada prontos também a arriscar a vida para defenderem a revolução.

O sr. comandante Contreiras estava no comando naval, era cerca de meia noite, e disse que o pessoal não podia sair para a rua. Quando viu o pessoal armado disse que isso não podia ser, que se viessemos para a rua vínhamos só para morrer, e que vínhamos para trair o povo e que vínhamos combater contra o povo.

O sr. almirante Rosa Coutinho nesse momento encontrava-se numa reunião no Ministério. Informávamos-nos que estava a negociar uma solução de saída para a crise. Cerca das 2.30 chegou ao coman-

do naval do continente e começa a resolver o problema (talvez por via pacífica) junto com os comandantes que se encontravam presentes e alguns oficiais.

Os marujos já estavam sentados pelo comando naval acima, todos armados, à espera de uma resposta e vir para a rua combater.

Entretanto já havia nas salas marujos e representantes dos trabalhadores e das comissões de moradores. E perguntavam ao sr. almirante se fossem traidos na revolução, se ele se responsabilizava. Ele dizia que sim.

Eu considero neste momento que a Marinha traiu pois ficou quieta dentro das unidades.

Os trabalhadores sempre contaram com a mari-

aos páras, eu quero começar por dizer o seguinte.

A luta dos páras, ao afastar o gen. Morais e Silva, automaticamente está integrada na luta contra o VI Governo e o Conselho da contra-revolução. Os páras, tudo aquilo que fizeram, fizeram-no com plena consciência.

Ao ocuparem as bases eles sabem bem que o fizeram para bem do Povo português porque integrados na luta pela Revolução Socialista.

Ao iniciar a luta, sentimo-nos bastante apoiados por todos os ramos das Forças Armadas.

«Pois sim senhor, vocês avancem, que nós estamos convosco, nós apoiamos» — era o que deles nos chegava. Mas uma coi-

que os páras estavam enganados.

Mas se não é os tipos do RALIS que lá estavam com um auto-obus para nos reforçar, se não é eles terem-se posto a fugir e nós não sabermos mexer naquilo, a esta hora o Jaime Neves não se estava a rir, como está.

Os páras, quanto a mim, actuaram com grande firmeza, e com bastante consciência de tudo aquilo que estavam a fazer.

O major Pessoa, para mim, creio que foi um autêntico comandante. Um homem que se manteve sempre de cabeça fria, sempre à espera daqueles que o viriam a trair.

A posição das outras tropas sempre tinha sido a de afirmar que estavam

ber se os fuzileiros avançavam ou não.

Mas essa força de fuzileiros, eu sei que ela é traida. As praças foram traídas pelo sr. Rosa Coutinho, e não só por aqueles que eles representavam.

Entretanto, depois de tudo isto, os páras espalhados nos vários sítios regressaram a Tancos, a saber o que haviam de fazer. A malta mostrava-se um pouco desmoralizada pela não acção das outras forças que, não actuando, nos tinham traido.

Em Tancos a malta continua firme, sempre à espera que os fuzileiros, especialmente, saíssem para a rua, já que o RALIS já sabíamos que estava neutralizado, depois da prisão de Dinis de Almeida. Até ao fim a malta esperou a última palavra dos fuzileiros. Nós em Tancos não tínhamos medo nenhum. Esses bandidos dos pilotos da Força Aérea andaram a sobrevoar Tancos no dia 26 a 150 m. de altura (uma parrelha de Fiats, o primeiro não levava bombas e o segundo levava), mas isso não nos assustara. Andaram a provocar a malta a ver se perdíamos a cabeça e disparávamos contra eles. Mas os páras sabem bem o que fazem e não se assustaram com isso.

Depois ainda passaram lá com uma esquadilha de mais de 20 aviões. E nós sempre ali firmes à espera que os fuzas avançassem para nós também avançarmos. A malta sentia-se traida mas sabíamos que a nossa luta era justa e que estava ali em jogo o futuro da luta do Povo Português pela sua libertação e pela revolução socialista. Por isso mesmo quando na rádio começaram a dizer que os soldados não seriam castigados os páras continuaram a querer lutar e a não se render, porque sabiam que o que estava em causa era muito mais do que os seus casos pessoais.

Continua na página seguinte



na. O sr. almirante ao mandar-nos ficar nas unidades estava a trair o povo.

No dia 26 era meio-dia quando se desarmaram os últimos homens. Choravam com lágrimas por se sentirem traidos. E ao sentirem-se traidos, sentiam que traiam o povo.

Antes do 25 de Novembro na Marinha podia-se dizer com gosto que se era marinheiro. Mas agora, todos os revolucionários marujos se sentem traidos.

1.º «pára» — Em relação

sa é certa. Chegou a hora da realidade e essas forças que diziam que apoiavam trairam.

A não ser talvez o Regimento da P. M. de Lisboa.

Esse fascista que é o Jaime Neves ao penetrar no G. D. A. C. I., em Monsanto, foi para lá com ameaças a dizer que a N. A. T. O. desembarcava nas praças de Portugal; a dizer que o povo do Norte vinha em massa a caminho de Lisboa; a dizer que tinha 4 aviões a sobrevoar Lisboa (isso era verdade); a dizer

com os páras. Por exemplo quando ocuparam o G. D. A. C. I. e prenderam o Pinho Freire, fizeram-no com 30 homens. Ora com certeza que isso não era força para aguentar aquilo. Eles tinham uma promessa de apoio da P. M. e do RALIS. Mas afinal a malta manteve-se ali e ninguém apareceu.

Muitos homens saíram dali e refugiaram-se no RALIS onde iam falar com esse dito revolucionário Dinis de Almeida. Ele continuava à espera de ordens e de sa-



Continuação da página anterior

OPERÁRIOS, SOLDADOS E MARINHEIROS contam o "25 de Novembro"

mente impotentes. Assim, mais uma vez, a classe operária foi enganada e os seus inimigos actuaram à vontade, conseguindo criar as condições para restaurarem a nossa exploração e opressão.

Soldado do RALIS — Nós, lá no RALIS, tínhamos já aprovado em plenário o apoio à luta dos páraquedistas. Foi aprovado até por unanimidade, por todos os presentes no plenário.

Tínhamos lá estado uns dias antes uns páraquedistas que contaram como tinham corrido os avisos na RR, como tinham sido enganados, e portanto nós considerávamos todos que a luta dos «páras» era justa e dávamos-lhe todo o nosso apoio.

Na noite em que os páraquedistas ocuparam as bases, nós não sabíamos de nada, estávamos na unidade todos, e mandaram-nos sair para o exterior da unidade com «chaimites», com os auto-obuses e canhões sem recuo, mas disseram-nos que iam apenas tomar posições defensivas.

Depois, no meio daquela confusão, a pouco e pouco fomos sendo informados, que os «páras» tinham ocupado várias bases, primeiro umas depois outras, e ao mesmo tempo iam-se juntando muitos trabalhadores lá em volta do quartel que nos informaram isso e que ao mesmo tempo perguntavam-nos o que se passava. O que é que nós estávamos a fazer.

Mas durante todo o dia de terça-feira, mantivemo-nos nas posições exteriores, até à noite. Quando foi na altura do ataque dos comandos ao GDACI, estava para sair uma coluna nossa para ir lá defender os páraquedistas por ordem que tinha vindo do COPCON, mas depois acabámos por não sair porque nos disseram que os fuzileiros se tinham recusado a ir connosco, e depois já não valia a pena porque quando estávamos prontos para sair, veio a notícia que também já o GDACI tinha sido ocupado. De maneira que nos mantivemos nas mesmas posições dentro da unidade. É a partir daí, que durante o resto da noite, as notícias que nos iam chegando diziam que os páraquedistas iam ter connosco, a PM ia ter connosco, enfim, para nós nos colocarmos ao lado dos

páraquedistas e contra os comandos que a gente estava a ver que estavam efectivamente a desenvolver uma acção contra as unidades progressistas.

Mas a informação que a gente tinha, apesar de tudo, era muito deficiente e até iam tendo informações contraditórias, porque havia milhares de trabalhadores ali; nós estávamos muitos cá fora a manter uma certa ordem naquilo e os trabalhadores pediam-nos armas, queriam armas, até chegavam a acusar que afinal de contas nós não estávamos com eles, porque senão nós dávamos as armas para os trabalhadores se defenderem.

Depois já era madrugada, e os páraquedistas não vinham, chegou a notícia que a EPC de Santarém, viria aí, para atacar o RALIS.

Foi também, mais ou menos por essa altura, que eu soube que o major Dinis de Almeida tinha saído a correr da unidade, que se tinha apresentado em Belém e que estava preso. Diziam-nos também, que estava preso o comandante da PM e o Costa Martins.

Depois viemos a verificar que não estava e ainda nos mantivemos por ali, sempre com boatos (os fuzileiros vêem, os fuzileiros não vêem). Depois é que veio a certeza que os fuzileiros não vinham.

Nessa altura, fizemos um plenário para decidir qual era a nossa posição a partir daí. **Ai foi decidido por unanimidade que nós nos manteríamos todos dentro da unidade em estado de prevenção rigorosa,** que ninguém entrava nem saía e que enquanto não tivéssemos lá os nossos camaradas que tinham sido presos (major Dinis de Almeida e os outros camaradas presos em Monsanto) que estavam lá com um auto-obuses nosso para apoiar os camaradas páraquedistas, enquanto esses todos não estivessem dentro da unidade, nós não saíamos de lá nem deixaríamos nenhuma força militar lá entrar.

A partir dessa hora já se começou a ver muitos oficiais do quadro (todos) a dizer que a gente, tinha era que estar quietos, não fazer nada, porque senão nós «lixávamos», que era um banho de sangue, que eram bombardeados, que vinha aí a EPC, etc... Começamos a ver, portanto,

uma mudança de atitude das pessoas e mesmo até do próprio comandante que também começou a dizer para estarmos todos quietos e começaram a fazer ameaças. **Depois verificamos que o comandante, parece que por pressão desses oficiais, pôs alguns oficiais milicianos na rua na quinta-feira de manhã.**

A partir daí, digamos que a unidade tinha-se rendido de facto, embora nós continuássemos dispostos lá

que o major Dinis de Almeida tinha levado para os pára-quedistas, que parou a meio do caminho com falta de gasolina. Começamos assim a verificar que efectivamente a maioria dos oficiais do quadro estavam «feitos» com o golpe e até parece estavam em comunicação com os «noves» e que estavam perfeitamente «feitos» para impedir e sabotar qualquer actuação da unidade e para nos «lixar».

E quando o major Dinis

lá foi fazer o espólio, a alguns parece que lhes foram feitas perguntas, não sei que tipo de perguntas; há alguns camaradas que desapareceram e a gente não sabe bem como a coisa está, mas sabemos que o comandante agora já não está na unidade. O que nos parece é que os oficiais do quadro que lá estavam que estariam ligados aos «noves», e que tomaram conta da unidade nos horas a seguir à saída do major Dinis de Almeida, neste momento

porque deve obedecer mas é ao Pires Veloso e aos tipos lá do Norte.

Apoiamos a luta dos pára-quedistas, vimos que as coisas estavam mal, estávamos dispostos a tomar atitudes ao lado dos trabalhadores, era essa a nossa ideia, sempre o dissemos mas o major Dinis de Almeida foi-se embora, a gente também não sabia o que

era, dava a impressão que não havia comando, não



O FASCISMO NÃO PASSARÁ!

dentro, se houvesse, outros, se houvesse uma iniciativa qualquer, a sair para apoiar os páraquedistas, mesmo que fosse sem oficiais.

Isso, no entanto não se veio a verificar, depois veio o estado de sítio, à noite já os oficiais do quadro tinham tomado conta daquilo e afastado os trabalhadores que se encontravam lá e que queriam lá ficar mesmo depois da meia noite.

Durante essa noite nós ainda nos mantivemos mais ou menos alerta; ainda não nos considerávamos totalmente derrotados; **depois começamos a descobrir de dia para dia, certas coisas; começamos a descobrir que os oficiais do quadro tinham sabotado auto-obuses, tinham-lhes tirado os reprodutores; que havia um auto-obus por exemplo,**

de Almeida saiu da unidade então os tipos levantaram mesmo todos a cabeça. A partir daí a «malta» ficou um bocado desorientada. Depois, nós ainda não estávamos totalmente vencidos, mas a partir de certa altura, e já no outro dia, o comandante e os oficiais «sanearam» vários oficiais, furrões e a comissão de soldados; e então aí houve muitos de nós que disseram que se esses vão, nós vamos também embora. Os tipos aí ficaram um bocado surpreendidos, mas o que é certo é que acabou por se vir embora tudo e neste momento os soldados praticamente foram todos postos na rua; e dos oficiais e sargentos milicianos também só ficaram meia dúzia, sobretudo da bateria de instrução; agora estão lá tropas do Norte, tropas de Braga, outras de Aveiro, outros do RASP, a «Malta» já

já não contém nada, até porque não têm soldados, não têm oficiais, não têm ninguém; **os soldados que lá estão, estão sob o comando dos oficiais que vieram do Norte.**

Outra sensação que a gente tem é que já levaram os «chaimites» para a EPI de Mafra e que os tipos não estão para desactivar nem pouco mais ou menos, pois o que é certo é que aqueles que nos traíram (digamos assim) neste momento devem sentir-se já derrotados porque não têm controlo sobre aquilo. A minha ideia é que aquilo neste momento está sobre o controlo da direita, ligados ao ELP e ao MDLP aos tipos que vieram lá do Norte sobre as ordens do Pires Veloso e que provavelmente, se anteriormente a unidade não obedecerá ao Vasco Lourenço, neste momento também não obedece ao Lourenço

havia nada. Progressivamente fomos-nos sentindo sozinhos quando dizíamos que estávamos dispostos a apoiar os trabalhadores, a dar-lhes armas, a sair, etc., mas sentiamo-nos sozinhos. Ainda houve o ataque

à P. M., aí estivemos bestialmente mal informados, porque disseram-nos que tinha sido atacado e depois disseram-nos logo, parece que da Presidência da República que telefonara lá para o quartel, a dizer que já tinham acabado os tiros, que a P. M. se tinha entregue. Afinal de contas depois fomos saber pelos trabalhadores que ainda havia lá tiros para uma série de horas, mas nesse momento também não estávamos em condições de sair até porque a E. P. C., com os tanques todos, vinha ali.

Depois, também dizem

que o Salgueiro Maia não nos atacava, mas a minha ideia é que ele vinha mesmo para nos atacar e que depois como aquilo já estava controlado pelos «Noves» os tipos já nem precisavam de nos atacar para ter o controlo sobre a unidade. Portanto mais uma vez, nós os soldados, não sabemos de nada, se havia alguém que soubesse disso era só a nível de oficiais. Estávamos dispostos, como sempre o demonstramos, a apoiar as camaradas pára-quedistas; estávamos dispostos a sair; no fim de contas nós pensávamos e tínhamos sempre discutido e tínhamos dito que estávamos ao lado dos trabalhadores; sabemos que neste momento a unidade é uma unidade reaccionária.

1.º pára — A desmoralização que a partir de certa altura sentimos foi também porque o Povo português, por quem lutávamos e que tinha de estar ao nosso lado, não saiu para a rua. E isto porque? Eu falei com muitas comissões de trabalhadores e posso dizer porquê. Enquanto os trabalhadores que não pertenciam ao P. C. se organizavam, as comissões contactavam umas com as outras e pretendiam sair para a rua, os que pertenciam a esse partido que se diz comunista, e que nos traíu, diziam que esperavam ordens do partido e diziam aos trabalhadores que esperassem para não serem carne para canhão. Ora como esse partido consegue dar ordens a grande parte da classe operária, esta não veio para a rua e não nos apoiou como ela própria desejava e nós esperávamos.

Os pára-quedistas não esquecerão estes dias, como não esqueceram o 28 de Setembro, o 11 de Março e a destruição da Rádio Renascença.

Os pilotos da Força Aérea que nos andaram a sobrevoar, bem como os srs. Morais da Silva e Jaime Neves podem ficar certos que os páras lhes não perdoarão.

O Presidente da República, ainda há pouco tempo, disse a uma grande manifestação de trabalhadores, em Belém, que enquanto estivesse ali, naquele lugar, lutaria com todas as forças para evitar a guerra civil.

Afinal esse presidente é como o feijão-frade — tem duas caras! Afinal não se

vê nada dele. Esqueceu-se daquelas «minorias» que estavam ali naquela grande manifestação.

Morais e Silva queria acabar com os páras. Foi depois aconselhado (pela N. A. T. O.?) a não o fazer. Optou por reestruturar esta força. Mas o que pretende ele com esta «reestruturação»? Quer fazer dos páras o que o Jaime Neves fez dos Comandos — transformá-los em autênticos mercenários. Quer formar uma unidade à base de retornados de Angola, de indivíduos que estão desempregados e andam desorientados, para formar uma força que obedeça cegamente aos oficiais reaccionários e que esteja disposta a reprimir o povo.

Ainda há pouco tempo camaradas ex-páras afirmaram que se o Morais e Silva pensava que estava apenas a marginalizar os páras no activo, que se enganava. Ele estaria, sim, a marginalizar toda a família pára-quedista! E ela que é tão grandel!

Nós só pedimos uma coisa, através deste jornal: é que os páras leiam, e se organizem. Porque a luta continua e nós havemos de vencer!

2.º pára — Tentando dar uma ideia geral de toda a luta que se desenrolou em volta da família pára-quedista há que ter em conta vários pontos:

No 28 de Setembro o Spinoza dizia que tinha toda a confiança nos pára-quedistas. Dizia: «meus queridos filhos, vocês são os grande obreiros da revolução» — mas era só enquanto servíamos de carne para canhão para lhe defender as costas a ele.

Dá-se o 11 de Março onde não há dúvida de que os páras foram traídos. Foi o momento de eles puxarem pelo seu bom-senso e verem em que caminho estavam.

Dá-se a destruição da Rádio Renascença por ordem do Conselho da Contra-Revolução. Eu considero que essa foi a maior traição de todos os tempos na família pára-quedista portuguesa.

Assim, com certeza que tínhamos de tomar uma posição. E a posição que nós tomámos é justa.

Quando os pára-quedistas tomaram as bases, não estavam a fazer nenhum golpe de Estado. E isto por-

quê? Porque aquilo não se destinava à tomada do Poder. Tratava-se de um processo reivindicativo onde apenas lutávamos para que a nossa luta acabasse vitoriosa.

Senão vejamos: se os pára-quedistas realmente quisessem ter tomado o Poder pela força das armas, alguma vez eles se dispersariam pelas bases, como fizeram, 20 para um lado, 30 para outro? Isto seria absurdo.

Houve então alguém que se aproveitou da luta dos páras. Esse alguém foi a burguesia. Por isso eles levantaram logo o espantinho do golpe de Estado. Eles pretendiam dar um golpe que acabasse com as comissões dos trabalhadores e dos soldados que se estavam a organizar e a avançar na revolução.

Porque é que esses homens da direita decretaram o estado de sítio e proibiram os jornais e as rádios? Foi para poderem enganar o povo, dizendo-lhe que os páras estavam a fazer um golpe e assim terem argumento para darem o verdadeiro golpe, o golpe de direita que nos leve de novo para o fascismo.

Entretanto também se deu a traição do partido ditto comunista do dr. Cunhal. Com a revolução em perigo, ordenaram aos seus militantes que ficassem nas sedes. Ora a revolução não se faz nas sedes, a revolução faz-se na rua. Onde estavam esses homens? Onde estavam os militantes do P. C.? Esses homens hoje sentem-se traídos, por mais mentiras que lhes queiram encher os ouvidos. Eles sentem que mais uma vez foram manobrados, como bonecos, ao serviço de interesses que nada têm a ver com a revolução socialista.

Os páras não se renderam. A luta continua e é só uma. Eles estarão sempre e sempre ao lado do povo.

Elemento da comissão de luta de Setúbal — Quanto ao Comité de Luta de Setúbal, que engloba cerca de 60 CT's e outras tantas CM's, fizemos logo uma

reunião onde não apareceram muitas comissões, começando desde logo a notar-se a desmobilização dos que tinham infiltrações do P. C.

Mesmo assim acorreram milhares de trabalhadores a perguntar o que haviam de fazer, tendo nós proposto a mobilização para junto do quartel do 11 onde começámos a exigir armas.

O comandante não se encontrava lá. A malta aguentou lá a noite toda. No outro dia o comandante apareceu e teve uma reunião com o secretariado do Comité de Luta e com a comissão militar do RIS. Os trabalhadores exigiam armas, mas a posição do comandante foi sempre — NÃO!

Na noite de 26 cada vez aparecia lá mais gente. No dia 27 foi malta a Tancos para saber dos acontecimentos. Aí soubemos que os páras continuavam firmes e ao lado da classe operária e que estavam à espera de saber se os fuzileiros saíam ou não.

Entretanto chegaram a Setúbal, dia 27 à noite, vindos de Estremoz, nove Panhards e Berliets com tropa.

Dirigiram-se logo ao quartel que fica à entrada da cidade, deram umas voltas e meteram-se lá dentro. Logo no dia seguinte começaram a «trabalhar»; isto é, a reprimir as massas. Houve muitas prisões, mas lá nem assustavam as pessoas. Muita malta manteve-se nas ruas e estava-se nas tintas para serem presos ou não.

Resumindo: houve bastante mobilização de algumas fábricas, sobretudo na Setenave. A maior parte das pessoas, depois de terem passado uma noite à porta do quartel, foram para Tancos, ou para Lisboa.

O P. C. e o M. D. P. desmobilizaram as suas bases tanto quanto puderam, tendo-as fechado nas sedes. Muitos operários foram ao P. C. perguntar o que se passava e o que haviam de fazer.

Respondiam-lhes que fossem para casa, que fossem dormir, que não se passava nada de especial!





P. A versão oficial, tal como a versão dos partidos «responsáveis» do C.D.S. ao P.C.P., dos últimos acontecimentos é sintética e decisiva: «golpe da extrema-esquerda pseudo-revolucionária». Que se passou realmente em 25 de Novembro e nos dias que se seguiram?

Para os trabalhadores que já começaram a sentir o cunho «democrático» do novo regime em formação, para aqueles que resistiram como puderam e para os militares revolucionários presos, seria desnecessário dizer que não existiu qualquer golpe de esquerda revolucionária.

A gravidade da situação exige, no entanto, que fique bem claro para todo o povo trabalhador, que aquilo a que assistimos foi a um golpe reaccionário da direita militar. A declaração do Estado de sítio em 25 de Novembro marca o início de um golpe militar reaccionário que visava a liquidação das forças revolucionárias civis e militares, a marginalização política do P. C. P. e a criação de um aparelho repressivo capaz de assegurar o triunfo da via repressiva sobre o movimento popular de massas e as suas conquistas.

Um golpe pressupõe um comando operacional, um plano articulado de acções. Esse comando e esse plano tinham a direita militar e os partidos da burguesia.

As acções militares levadas a cabo nos últimos dias tiveram um único comando operacional e político: o que funcionou em Belém e no regimento de comandos da Amadora. Os oficiais reaccionários do exército e da força aérea que pressioaram e possibilitaram a

declaração do estado de sítio e depois atacaram todas as unidades progressistas da região militar de Lisboa, destroçando as posições ocupadas pelos oficiais progressistas e revolucionários honrados, je presos, limitavam-se a aproveitar a iniciativa, in consequente do ponto de vista político, despoletada pelas forças reformistas civis e militares ao canalizarem a movimentação dos pára-quedistas para objectivos inoportáveis com o carácter corporativo que a todo o custo lhe queriam manter.

A acção dos pára-quedistas e o apoio que receberam de algumas unidades de Lisboa, via Copcon, não tem nada a ver com um golpe militar. Se houvesse golpe a P. M., o Ralis, o R. A. C., o Forte de Almada teriam atacado e não sido atacados. Se a iniciativa golpista pertencesse aos oficiais progressistas e revolucionários a enorme vantagem material que tinham a seu favor teriam impedido qualquer veleidade aos «comandos» e ao reaccionário Jaime Neves.

O que se passou foi que a tática aventureira das forças civis e militares aglutinadas em torno do P. C. P. possibilitou o desencadear do golpe reaccionário, cujo plano a direita militar há muito tinha elaborado.

P. Mais em concreto como actuaram as várias forças ao nível militar no período que veio a desembocar no 25 de Novembro?

A direita militar há longo tempo que organizava um golpe reaccionário.

A reorganização de todos os reaccionários apeados ou que tinham passado despercebidos no 28 de Setembro, no

11 de Março e em todos os momentos de avanço do processo revolucionário, tornado possível a partir da jogada dos «nove», veio a desembocar na criação da F. M. U. (Frente Militar Unida), que os «nove» tiveram de tolerar em face da sua fraqueza política e militar. A F.M.U., para além de estar penetrada obviamente pela C. I. A. e pelo M. D. L. P., foi



palco de duas tendências: a da solução de força e a da solução política, que convergiram, no entanto, nos objectivos a abater.

Existem dados que não nos oferecem dúvidas acerca de reuniões de oficiais reaccionários com a participação igualmente dos «nove», onde essas duas perspectivas se debatiam em torno de pontos de acordo, como o afastamento dos generais Otelo e Fábão, dos

Comandos de unidades como o R. P. M., o Ralis, o R. E. 1, a E. P. S. M. e outras que seriam dissolvidas ou transferidas para fora da região militar de Lisboa. No seio deste grupo de oficiais que externamente e limitadamente utilizava a sigla F. M. U., foi emergindo a linha golpista reaccionária onde devem ser integrados sem margem de erro, Jaime Neves,

Sentido o terreno fugir-lhe, os defensores da solução política no seio da F. M. U., nomeadamente as figuras mais destacadas dos «nove», tentam liderar as negociações e pressões que visavam, para a linha golpista reaccionária, preparar o terreno a uma saída militar precipitada da esquerda.

É neste contexto que deve ser entendido a suspensão das actividades do VI Governo provisório, o rompimento por parte dos «nove» dos encontros das três linhas do M. F. A. e a pressão do C. R. para a substituição de Otelo por Vasco Lourenço.

Por seu lado os oficiais afectos à linha reformista empenhavam as suas forças nas tentativas de conciliação das chamadas três tendências do M. F. A. que grosseiramente podem ser identificadas como a dos «nove», dos «gonçalvistas» e do «Copcon», visando a elaboração de uma plataforma política capaz de selar a reconstrução do M.F.A., retirar da influência fascizante os «nove» e o P.S., possibilitar negociações políticas visando a constituição de um Governo P. S.-P. C.-M. F. A. reconstruído e a remodelação do Conselho da Revolução. Neste sentido se promoveram as reuniões

Ferreira da Cunha, Loureiro dos Santos, Pinho Freire, Ramalho Eanes, entre outros, para além de contarem com o apoio do comandante da região militar do Norte Pires Veloso.

A partir do final de Outubro a conspiração reaccionária entrou numa fase adiantada, com o ultimato da transferência do material de guerra do C. I. A. A. C. e da E. P. I. para o regimento de comandos na

Amadora, com o aumento substancial dos seus efectivos, com o reactivar da base de Corteça e com o desencadear de pressões no sentido da demissão de Otelo e do desactivamento progressivo das unidades progressistas da região militar de Lisboa. Para os oficiais mais reaccionários a posição futura de Costa Gomes dependeria da forma como satisfizesse essas pressões.

É com esta situação clara, tornada possível pela total diluição do M. F. A. nas estruturas burguesas das Forças Armadas, pelo seu desaparecimento enquanto força progressista, que a disputa pelo poder político-militar se precipitou com a iniciativa da direita como resposta desperada ao crescente engrossar das fileiras de uma ofensiva popular que estravazava já os limites conciliadores do reformismo e começava a fortalecer uma embrionária direcção política revolucionária para o processo.

interrompidas pouco antes do 25 de Novembro com a presença de oficiais afectos às três linhas.

Os oficiais revolucionários, por seu lado, enpenharam-se claramente no apoio à ofensiva popular em marcha, à crescente organização dos soldados que rapidamente se desenvolveu a partir do aparecimento dos S. U. V., acção que se traduziu na elaboração de um manifesto que como que representa uma adaptação do documento do Copcon à nova fase e que claramente recusava a via do golpe militar em troco da organização da ofensiva popular, a dependência do movimento popular da protecção dos oficiais de esquerda em troco da acção de uma direcção revolucionária ligada à movimentação das massas populares. É muito importante notar que alguns dos oficiais que hoje se encontram presos foram aos plenários das principais empresas de Lisboa divulgar esta posição na véspera do 25 de Novembro, o que longe de os comprometer com qualquer acção golpista os libera perante as massas trabalhadoras.

mas claramente amarrado à via democrático-burguesa. Esta linha que deve ser identificada com a que corresponde a sectores democráticos da burguesia, que o próprio desenvolvimento do processo revolucionário obrigou a apresentarem-se como socialistas, sofre de inúmeras contradições que resultam fundamentalmente da sua fraqueza social, político e militar. Suportados politicamente por sectores do PS, socialmente por sectores da burguesia e da pequena burguesia assalariada e militarmente opõe estas duas tendências. Esta linha golpista

CONTINUA

Augusto Mateus

da CPN do MES

P. — Tudo indica, portanto, que não vivemos ainda uma situação estabilizada, que existem várias tendências em luta pelo poder político-militar. Será assim?

Certo. Ao nível militar neste momento, degladiam-se duas tendências fundamentais.

Dum lado a linha golpista reaccionária de direita, a mais séria ameaça real do fascismo que o povo trabalhador de Portugal enfrenta desde o 25 de Abril, que corresponde à crescente afirmação da burguesia e do Imperialismo, de forças como o CDS e o PPD e que visa a curto prazo implan-

ta reaccionária de direita, que conta com força operacional apreciável neste momento, já enterrou, por sua vontade, o MFA, já só fala de Forças Armadas e de espírito do 25 de Abril com o intuito bem claro de garantir no mais curto prazo o restabelecimento da hierarquia militarista reaccionária.

Do outro lado a linha defendida pelos mais conhecidos oficiais dos «nove» (neste momento já mais reduzidos) que joga na manutenção do MFA e na reformulação da plataforma do VI Governo de modo a garantir a presença do PCP no poder político-militar

foram obrigados a alinhar num jogo que também contribuiu para o golpe reaccionário de 25 de Novembro. O reforço das suas posições militares e políticas à custa das posições dos oficiais revolucionários, sobretudo na região militar de Lisboa, a eliminação das posições próximas da esquerda revolucionária ao nível militar, foi o objectivo que tentavam alcançar julgando que teriam força para conter a direita reaccionária. Tal como o PCP, também subavaliavam a força da direita militar.

A luta entre estas duas tendências, que começou a ficar patente com a exis-

P. — Entramos, portanto, numa nova fase do processo revolucionário?

A situação político-militar que desembocou nos acontecimentos de 25 de Novembro era uma situação caracterizada essencialmente pela precipitação do processo revolucionário, pela actualidade da Revolução Socialista, pelo claro alinhamento dos exércitos de classe na luta pelo poder.

A ineficácia dos aparelhos repressivos e ideológico ao serviço da burguesia, o agravamento das condições de trabalho e de vida do povo trabalhador, o clima geral de insegurança

sistia-se como já vimos no campo militar a uma crescente organização da direita e no campo político civil a uma crescente afirmação de forças como o CDS e o PPD.

Do lado do proletariado assistia-se a uma crescente afirmação de capacidade de direcção e mobilização por parte da esquerda revolucionária, que obrigou o PCP primeiro ao namoro e depois à hostilização, acompanhada de uma crescente organização e apoio à movimentação das massas populares por parte dum largo sector de oficiais alinhados em torno de posições revolucionárias. A movimentação dos soldados, o avanço do poder popular, a ultrapassagem dos objectivos reformistas, mesmo em muitas das movimentações populares de iniciativa do PCP, e os insucessos da sua política de conciliação com a socialdemocracia são disso sinal mais que evidente. Só um cego, ou um político burguês podem tentar ainda defender a tese absurda da satelização da esquerda revolucionária em relação ao PCP e muito especialmente do MES.

Do outro lado o aparelho repressivo da burguesia reconstrói-se a passos acelerados, criando uma lógica que é independente das pessoas que ocupam ou disputam o poder político, a lógica de ferro da repressão.

Nesta situação não são os defensores da via inconsequente da democracia burguesa que se podem opor ao avanço da repressão e da ameaça fascista, o seu papel será apenas o de retardarem esse avanço. A única força que pode travar a ameaça fascista é a organização do movimento popular de massas, é a unidade revolucionária que deve liderar a resistência popular ao golpe reaccionário.

A possibilidade a curto prazo da vitória da ofensiva popular esfumou-se com a vitória da direita ao nível militar, mas na resistência popular ao avanço do fascismo e da ofensiva repressiva da burguesia será possível relançar a ofensiva vitoriosa, desta vez sob uma forte direcção revolucionária que se forjará na unidade revolucionária, na força indestrutível do movimento de resistência dos trabalhadores.

Do lado da burguesia assistia-se como já vimos no campo militar a uma crescente organização da direita e no campo político civil a uma crescente afirmação de forças como o CDS e o PPD.

reaccionário e a limitada resposta popular que até agora recebeu.

Os acontecimentos de 25 de Novembro e dias seguintes marcam o fim duma fase do processo revolucionário e não o fim do processo revolucionário. Não perdemos apenas uma batalha, perdemos uma das mais importantes batalhas, mas não perdemos a guerra.

Dois aspectos essenciais caracterizam a actual situação.

Dum lado as posições revolucionárias foram varridas do aparelho militar; a partir de agora o movimento popular de massas tem de contar com a força exclusiva da sua própria organização e determinação já que a força das armas estará organizada contra ele.

Do outro lado o aparelho repressivo da burguesia reconstrói-se a passos acelerados, criando uma lógica que é independente das pessoas que ocupam ou disputam o poder político, a lógica de ferro da repressão.

Nesta situação não são os defensores da via inconsequente da democracia burguesa que se podem opor ao avanço da repressão e da ameaça fascista, o seu papel será apenas o de retardarem esse avanço. A única força que pode travar a ameaça fascista é a organização do movimento popular de massas, é a unidade revolucionária que deve liderar a resistência popular ao golpe reaccionário.

A possibilidade a curto prazo da vitória da ofensiva popular esfumou-se com a vitória da direita ao nível militar, mas na resistência popular ao avanço do fascismo e da ofensiva repressiva da burguesia será possível relançar a ofensiva vitoriosa, desta vez sob uma forte direcção revolucionária que se forjará na unidade revolucionária, na força indestrutível do movimento de resistência dos trabalhadores.



a EPC em manobras



tência durante o golpe de vários centros de poder, nomeadamente do EMGFA e do Conselho da Revolução, o primeiro exprimindo a posição da linha golpista reaccionária de direita e o segundo a posição da linha dos «nove», com o Presidente da República mais uma vez a ficar no meio, continua agora com uma importância crescente. Ilegalização ou não da esquerda revolucionária, marginalização ou não do PCP, enterro definitivo ou não do MFA, são as questões centrais que neste momento opõe estas duas tendências.

Do lado da burguesia assistia-se como já vimos no campo militar a uma crescente organização da direita e no campo político civil a uma crescente afirmação de forças como o CDS e o PPD.

Do outro lado a linha defendida pelos mais conhecidos oficiais dos «nove» (neste momento já mais reduzidos) que joga na manutenção do MFA e na reformulação da plataforma do VI Governo de modo a garantir a presença do PCP no poder político-militar

foram obrigados a alinhar num jogo que também contribuiu para o golpe reaccionário de 25 de Novembro. O reforço das suas posições militares e políticas à custa das posições dos oficiais revolucionários, sobretudo na região militar de Lisboa, a eliminação das posições próximas da esquerda revolucionária ao nível militar, foi o objectivo que tentavam alcançar julgando que teriam força para conter a direita reaccionária. Tal como o PCP, também subavaliavam a força da direita militar.

A luta entre estas duas tendências, que começou a ficar patente com a existência de uma ofensiva popular que estravazava já os limites conciliadores do reformismo e começava a fortalecer uma embrionária direcção política revolucionária para o processo.

A LUTA CONTINUA

Continuação da página anterior

P. — A posição do PCP em todo este processo que levou ao 25 de Novembro possibilitou o avanço da direita. Como se justifica isto?

O processo revolucionário precipitou-se a partir do desaparecimento do MFA como força progressista, tornando evidente que ao nível do poder político-militar transformações decisivas se teriam que dar, transformações claramente ligadas às opções em jogo, claramente ligadas à restauração dum regime de ditadura ou à via da Revolução Socialista.

Tolhido pelas exigências da política externa da URSS, defendendo uma linha reformista de mera conquista de posições no seio do aparelho burguês em articulação com o controle da movimentação de massas, o PCP foi incapaz de dispensar a tutela do MFA e optar pela única aliança possível para qualquer força progressista, a aliança com a esquerda. Procurando a todo o custo desenterrar um MFA que já estava enterrado desde Agosto, curiosamente em Tancos, o PCP procurou igualmente obter uma aliança com a social-democracia, uma aliança com forças da burguesia, que pudesse hegemónizar através das suas posições militares.

Os dirigentes do PCP sabem hoje tão bem como nós que foi a sua tática grosseira que levou à possibilidade do golpe reaccionário e do desmantelamento das posições progressistas e revolucionárias no seio das Forças Armadas e à prisão dos oficiais que mais consequentemente se tinham tentado colocar ao lado do povo trabalhador.

Os dirigentes do PCP sabem hoje tão bem como nós que foi o prosseguimento dessa tática grosseira que levou a luta dos pára-queidistas a um beco sem saída quando a tentou transformar numa movimentação restrita à força Aérea e estritamente subordinada à perspectiva reformista de «mais militares revolucionários para o Conselho da Revolução».

Nós acusamos os dirigentes do PCP de traição à classe operária não porque esperássemos que desenvolvessem uma política revolucionária, mas sim porque o mais elementar sentido de autodefesa aconselha a reagir ao golpe reaccionário. Tudo fazendo para desmobilizar as mas-

sas da resposta ao golpe, acalentando talvez ainda a ilusão de poderem isolar a esquerda revolucionária e a direita reaccionária dum só machadada, os dirigentes do PCP procuravam agora sacudir a água do capote, alinhando no coro anti-esquerda revolucionária.

Em vez de acusarem de esquerdistas as forças revolucionárias, os dirigentes do PCP fariam melhor analisando os resultados da sua política de direita.

De todas as maneiras, os milhares de trabalhadores que sentiram a traição do PCP, através das mais diversas justificações para a desmobilização e a passividade perante o golpe reaccionário, perceberam nestes dias, muito mais claramente do que em anos e anos de luta, a verdadeira natureza do PCP e a importância da luta pela criação e organização da vanguarda revolucionária de classe do proletariado, da luta pelo partido revolucionário da classe operária.

P. — A posição assumida pelas forças revolucionárias neste processo, e particularmente pelo MES, aparecem hoje aos olhos de muitos soldados e trabalhadores em luta e na expectativa como as mais consequentes. Quais as tarefas essenciais que se colocam neste momento?

Antes de mais queria referir que o golpe reaccionário militar de direita contou com larga preparação política. Para além das acções destinadas a espicaçar a esquerda civil e militar, e muito particularmente a tática golpista das forças reformistas, como a enorme provocação de Rio Maior, fez parte dessa preparação um constante ataque às forças revolucionárias cuja tradição directa é retomada pelas notas do EMGFA e do Conselho da Revolução. Toda a acção preparatória do golpe reaccionário visava enfraquecer a ofensiva popular e as forças que se encontravam na sua vanguarda. Os comunicados que hoje acusam a esquerda revolucionária de ter feito um golpe são a prova mais evidente, se olharmos ao passado recente da nossa vida político-militar, da existência dum golpe reaccionário.

Para o MES a acção dos pára-queidistas enquadrava-se no movimento geral que soldados e trabalhadores desenvolveram contra o

reforço das posições da burguesia a todos os níveis do poder político-militar. Ficou para nós muito cedo claro que a iniciativa da ocupação das bases e de Monsanto com a perspectiva política que a orientava, longe de levar a luta dos pára-queidistas para o caminho mais seguro poderia abrir a porta ao golpe reaccionário que sabíamos estar preparado. Neste sentido a nossa acção foi de preparar desde logo a resposta política e de massas ao golpe iminente.

A mobilização de massas que convocámos para as unidades que resistiam aos passeios fascistas de Jaime Neves, nomeadamente para o RALIS, a participação activa em todos os focos de resistência ao estado de sitio, nomeadamente em Setúbal e as posições inequívocas de denúncia do golpe reaccionário, dão perante as massas trabalhadoras a prova prática do nosso empenhamento revolucionário em defesa dos seus interesses e da Revolução Socialista.

Nós dizemos ao povo trabalhador que a ameaça do fascismo, a ameaça dum regime de ditadura com quase nenhuma fachada democrática, paira sobre o nosso País.

Nós dizemos ao povo trabalhador que a fase que agora vivemos é de resistência popular ao golpe reaccionário.

Nós dizemos ao povo trabalhador que não podemos confiar nos sectores democráticos da burguesia, nem nas louvaminhas derrotistas do PCP que, quando centenas de militares progressistas estão presos, gaba a «serenidade» da classe operária em todos os acontecimentos. Nós dizemos que a força da resistência popular se encontra no movimento organizado dos trabalhadores contra a política de repressão e opressão que o novo poder irá impor, no fortalecimento das forças revolucionárias firmemente empenhadas na formação do partido revolucionário da classe operária.

Nós dizemos ao povo trabalhador que o que se prepara é um Chile à portuguesa, isto é, o aniquilamento do processo revolucionário em três tempos. Primeiro a assembleia golpista de Tancos, depois o golpe reaccionário de 25 de Novembro e finalmente o esborçamento ou a subalternização do que resta dos

«nove» em favor da direita reaccionária.

Temos de lutar firmemente contra a ameaça concreta da repressão sobre o movimento popular que prepara um regime de exploração e opressão férrea sobre o povo trabalhador.

A fase actual da luta dos explorados e oprimidos não se compadece com as posições de certas organizações, desde a insignificante e ridícula LCI que alinhando no coro reaccionário do golpe de extrema-esquerda se remete para o seu insipido lugar no processo (o de critico com pouca audição) à UDP que com responsabilidades no movimento popular se tem demitido das dificuldades do momento em favor dum fácil posição exterior à luta que se está a travar.

Unir o proletariado, unir o povo em torno da classe operária, na luta contra o fascismo e o capitalismo continua a ser a tarefa prioritária. A luta pelo socialismo que tem de nortear todo o movimento de resistência popular ao golpe reaccionário e à ofensiva da burguesia continua a ser o objectivo.

O movimento popular ainda não foi atacado em forma, por enquanto apenas está em marcha a preparação da repressão. Fazer dos órgãos de poder popular bastiões da resistência popular e da unidade revolucionária de base é a tarefa essencial.

A luta pela libertação dos militares revolucionários presos, a luta pela defesa das conquistas do povo trabalhador, a resistência face à repressão que inevitavelmente se abaterá sobre a classe operária, é a necessidade do momento. Soldados e trabalhadores continuam a ter um papel decisivo nesta fase, pois não nos podemos remeter a uma perspectiva defensiva. Na resistência ao avanço do fascismo se ganharão as forças que permitirão relançar a ofensiva dos explorados e oprimidos contando desta vez exclusivamente com as suas próprias forças, com a sua própria organização e com a sua própria direcção revolucionária.

Aqueles que hoje pretendem liquidar a esquerda revolucionária e esmagar o movimento popular de massas, responderemos com a força indestrutível dos comunistas e das massas exploradas e oprimidas. Socialismo ou morte, resistiremos e venceremos.

Sindicatos tomam posição

No passado dia 25 de Novembro o País acordou com a notícia de que os pára-queidistas se empenhavam numa vasta operação de ocupação das principais unidades da Força Aérea com o fim de, comprovando a sua disciplina revolucionária, responderem aos acontecimentos do 28 de Setembro, do 11 de Março e da recente destruição do Rádio Renascença.

(...) Apoiando-se na máquina reaccionária existente, o «conselho da revolução» manda prender dezenas de militares progressistas instaurando-lhes o imediato inquérito e igualando-os demagogicamente aos implicados nos golpes reaccionários de 28 de Setembro e 11 de Março



A proibição dos órgãos de informação estatizados que vinham informando o Povo, desmascarando a direita e as suas conspirações, deixando em circulação os jornais ditos livres e independentes que são os porta vozes da mais abjecta manipulação e alienação da opinião pública, não pode deixar de preocupar os trabalhadores, impondo-se o fim desta medida anti-popular.

A suspensão da contratação colectiva até 31/12 tentando quebrar a vontade dos trabalhadores em melhorar as suas condições de vida e de trabalho, caso dos Metalúrgicos, Construção Civil e outros, não pode deixar de nos causar o mais vivo repúdio como exemplo de medidas anti-operárias.

As direcções dos Sindicatos abaixo assinados entendem necessário que os trabalhadores não se deixem vencer pelo desânimo. Uma revolução faz-se com avanços e recuos.

HÁ QUE REFORÇAR A NOSSA ORGANIZAÇÃO A TODOS OS NÍVEIS REPARANDO-OS PARA AS BATALHAS QUE SE APROXIMAM.

HÁ QUE AVANÇAR COM O CONTROLO OPERÁRIO

FIM À SUSPENSÃO DOS ÓRGÃOS DE INFORMAÇÃO FIM AOS SANEAMENTOS À ESQUERDA FIM ÀS MEDIDAS ANTI-OPERÁRIAS LIBERTAÇÃO E INTEGRAÇÃO IMEDIATA DOS MILITARES PROGRESSISTAS

assinam os seguintes sindicatos: indústria química, escritório, ind. farmacêutica, construção civil, ferroviários, do centro, têxteis lanífficos e vestuário do sul, pintores da construção naval, vidreiros, metalúrgicos, ind. hoteleira, cobradores, artes gráficas, ourivesaria, joalheria, cor. sul, panificação, telecomunicações e radiofusão, cerâmica, professores, transportes rodoviários, carpinteiros navais

Poder Popular

6 meses 1000 00 12 meses 2000 00
apoio 400 \$ 00
estrangeiro Europa 5000 00

Nome _____
Morada _____
Localidade _____ Profissão _____

ENVIO CHEQUE N.º _____ BANCO _____
 ENVIO VALE DE CORREIO N.º _____

Journal semanal — todas as 4.ª feiras
Propriedade do Movimento de Esquerda Socialista
Administração - Redacção Av. D. Carlos I - 128, Lisboa telefone 66 26 83
Composição e impressão Renascença Gráfica SARL Rua Luz Soriano, 44 - Lisboa

LENINE

formas de luta proletária na época da guerra aberta de classes

(...) Quais são os requisitos fundamentais que qualquer marxista deve exigir quando se examina o problema das formas de luta?

Em primeiro lugar, o marxismo distingue-se de todas as formas primitivas de socialismo ao não vincular o movimento a nenhuma forma de luta específica e determinada. Reconhece as mais diversas formas de luta, não «inventando-as» mas simplesmente generalizando, organizando e tornando conscientes as formas de luta das classes revolucionárias que surgem por si mesmas no decurso do movimento.

O marxismo, que afasta incondicionalmente tudo o que sejam fórmulas abstractas ou receitas doutrinárias, reclama que se preste a maior atenção à luta de **massas** em marcha que, com o desenvolvimento do movimento, com o crescimento da consciência das massas, com a agudização das crises económicas e políticas, engendra constantemente novos e cada vez mais diversos métodos de defesa e ataque. Daí que o marxismo não recuse de forma absoluta nenhuma forma de luta.

O marxismo não se limita de modo nenhum às formas de luta possíveis e existentes num momento dado, mas reconhece a **inevitável** necessidade de formas de luta novas, desconhecidas para aqueles que actuam num período determinado e que surgem ao se alterar uma dada conjuntura. A este respeito, o marxismo **aprende**, se é que podemos expressar-nos assim, da prática das massas; e longe dele a pretensão de ensinar às massas formas de luta engendradas por «sistematisadores» de gabinete.

Sabemos — considerando as formas da revolução social — que a futura crise nos trará novas formas de luta, que agora não podemos prever.

Em segundo lugar, o marxismo exige que o problema das formas de luta seja visto **historicamente**. Colocar este problema à margem da situação histórica concreta é o mesmo que não compreender os rudimentos do materialismo dialéctico. Em diferentes momentos da evolução económica, com sujeição às diversas condições políticas, culturais e de vida, etc., destacam-se para primeiro plano diferentes formas de luta como as formas de luta fundamentais e, em relação com isto, variam por sua vez as formas secundárias, acessórias. Querer contestar simplesmente, por um sim ou um não, um determinado meio de luta sem entrar na consideração em detalhe da situação concreta do movimento numa determinada fase do seu desenvolvimento, equivale a sair por completo do terreno do marxismo.

Tais são as duas teses teóricas fundamentais pelas quais nos devemos guiar. A história do marxismo na Europa ocidental oferece-nos uma grande abundância de exemplos em apoio do que dissémos. (...)

Depois de ter formulado as teses gerais do marxismo, passemos agora à revolução russa. Recordemos o desenvolvimento histórico das formas de luta que nela se destacaram.

Primeiro, foram as greves económicas dos operários (1896-1900), logo depois as manifestações políticas de operários e estudantes (1901-1902), os

«Esta guerra não pode ser concebida senão como uma série de grandes combates separados uns dos outros por períodos de tempo relativamente largos, intervalos durante os quais se produzirão numerosas escaramuças.

Há que ter em conta esta situação, pensar a fundo nas peculiaridades que se dão no período intermédio entre dois grandes actos da insurreição, e compreender que formas de luta inevitavelmente aparecerão.»

motins camponeses (1902), os começos das greves políticas de massas, combinadas de diversos modos com manifestações (Rostov 1902, as greves do Verão de 1903, o 9 de Janeiro de 1905), a greve política de toda a Rússia, com casos locais de luta de barricadas (Outubro de 1905), os combates de massas nas barricadas e a insurreição armada (1905, Dezembro), a luta pacífica parlamentar (Abril-Junho de 1906), as insurreições militares parciais (Junho de 1905 a Julho de 1906) e as insurreições parciais dos camponeses (Outono de 1905 a Outono de 1906).

Tal é o Estado em que se encontram as coisas até ao Outono de 1906, no que toca às formas de luta, em geral. (...)

A extensão da luta armada em 1906, sobretudo depois da insurreição de Dezembro, e a relação que tem com a agudização não só da crise económica mas também da crise política, são factos indubitáveis.

(...) Mas porquê? Porque se mostra claramente a vin-

culação desta nova forma de luta com a insurreição, que se produziu em Dezembro (1905) e que volta a amadurecer. (...)

Há que ter em conta esta situação, pensar a fundo nas peculiaridades que se dão no período intermédio entre dois grandes actos de insurreição, e compreender que formas de luta inevitavelmente aparecerão. A luta armada é uma forma de luta inevitável em tempos em que o movimento de massas já chegou, de facto, até à própria insurreição e em que se abrem intervalos mais ou menos grandes entre as «grandes batalhas» da guerra civil.

(...) O marxista não pode considerar de um modo geral como anormal e desmoralizadora a guerra civil ou a luta armada, que é uma das suas formas de se manifestarem. O marxismo pisa sobre o terreno da luta de classes, e não sobre o terreno da paz social. Em certos períodos de agudas crises económicas e políticas, a luta de classes desenvolve-se até chegar à guerra civil aberta, isto é, à

luta armada entre duas partes do povo. Em tais períodos, o marxista é obrigado a colocar-se do ponto de vista da guerra civil. E do ponto de vista marxista está posto de lado tudo o que seja condená-la no terreno moral.

Na época da guerra civil, o ideal do partido do proletariado e um **partido aguerido**. Isto é absolutamente inegável. Estamos completamente de acordo em que, do ponto de vista marxista, se pode provar e demonstrar a não conveniência destas ou daquelas formas de guerra civil, neste ou naquele momento. Reconhecemos plenamente a crítica de diferentes formas de guerra civil do ponto de vista da **conveniência militar**.

Mas, em nome dos princípios do marxismo, exigimos categoricamente que não se fuja à análise das condições da guerra civil (...)

É perfeitamente natural e inevitável que, numa época como esta, na época das greves políticas de todo o povo, a **insurreição** não possa adoptar a velha forma de actos isolados, separados por intervalos muito curtos de tempo e que se desenvolvem em pequenas regiões. É completamente natural e inevitável que a insurreição se revista das formas mais altas e complicadas de uma larga guerra civil extensiva a todo o país, isto é, de uma luta armada entre duas partes do povo.

Esta guerra não pode ser concebida senão como uma série de grandes combates separados uns dos outros por períodos de tempo relativamente largos, in-

tervalos durante os quais se produzirão numerosas escaramuças. E sendo assim — e é-o efectivamente — os revolucionários devem absolutamente ter como tarefa a criação de organizações que sejam o mais possível capazes de dirigir as massas tanto nas grandes batalhas como, dentro do possível, nos pequenos recontros. Os revolucionários, numa época em que a luta de classes se agudiza até chegar à guerra civil, devem ter como tarefa não só participar nesta guerra civil mas também de nela assumir o papel dirigente. Os revolucionários devem educar e preparar as suas organizações para que realmente possam actuar como **parte combatente**, sem nunca deixar passar uma só ocasião para infligir danos ao inimigo.

Não há dúvida de que é uma tarefa difícil. Não é possível resolvê-la com uma penada. Assim como todo o povo se reeduca e aprende na luta, no curso da guerra civil, assim também as nossas organizações devem educar-se e reestruturar-se, com base nos dados da experiência, para estar em condições de fazer frente a esta tarefa.

(...) Consideramos que é nossa tarefa contribuir, na medida das nossas forças, para uma justa apreciação teórica das formas de luta impostas e destacadas pela realidade, assim como combater implacavelmente os esquemas e fórmulas preconcebidas que impedem os operários conscientes de colocar correctamente este novo e difícil problema e encontrar os meios adequados para o resolver.



TODO O APOIO AOS MILITARES REVOLUCIONÁRIOS PRESOS!

Quem são os militares presos e perseguidos?

A Imprensa, agora novamente amordaçada pelas forças do capital, diz que são contra-revolucionários!

O PCP e as forças reformistas dizem que são «esquerdistas feitos com a reacção».

SERÁ ASSIM?

NÃO! É FALSO! — Estas afirmações são calúnias que fazem parte do plano da direita capitalista para tentar esmagar os verdadeiros revolucionários.

Os militares presos e perseguidos são homens que, desde o 25 de Abril, provaram estar ao lado do povo trabalhador, são homens que lutaram pelo

— em Oeiras estava em marcha a APL que integrava o RAC; quem era o seu comandante? Mais um oficial preso — o major Borrega (solto posteriormente);

— Muitas vezes estes quartéis foram chamados a reprimir lutas de trabalhador mas sempre se recusaram a fazê-lo!

— no Norte, antes do fascista Pires Veloso tomar conta da RMN, os Elps e os MDLPs eram combatidos — quem comandara essas acções? — O brigadeiro Corvacho — **agora preso!**

— durante os períodos em que a Emissora Nacional e o RCP apoiaram claramente as estruturas de poder popular, quem eram os militares que estavam à frente destas emissoras — mais 2 militares presos — Jorge Alves e Sobral Costa.

foi sim um golpe da direita.

Quem são os «novos» oficiais?

— Jaime Neves (que dominou os militares no terreno), conhecido reacçãoário — que responde aos trabalhadores; quando e onde os «Comandos» apoiaram as suas lutas concretas? **NUNCA!**

— **ten. coronel Ferreira da Cunha** (dirigiu a «informação» durante o processo) membro da superpide de Marcelo.

— gen. Ramalho Eanes — novo chefe Estado-Maior do Exército — conhecido amigo de Spínola.

— br. Pedro Cardoso — substituiu Pinto Soares na Academia, ex-governador-geral na Guiné, no tempo de Spínola

— o actual 2.º comandante da PM — foi preso no «25 de Abril» pelo próprio Salgueiro Maia.

Mas, mesmo assim, há quem diga (enganado ou não!) que o poder continua a ser progressista. **Vejam os quais as primeiras medidas tomadas:**

— paralisação das contratações colectivas.

— supressão da informação progressista.

— perseguição às organizações revolucionárias.

Portanto camaradas e trabalhadores, lutar pela libertação dos militares revolucionários presos, não é só lutar pela sua liberdade, é também lutar pelas nossas conquistas e a nossa liberdade, é lutar pelas organizações populares, as CTs e as CMs, é dizer **NÃO** ao fascismo ameaçador.

COMO VAMOS ENTÃO LUTAR PELA SUA LIBERTAÇÃO?

— em primeiro lugar, vamos em todas as fábricas, empresas, quartéis, bairros e escolas formar **comissões para a libertação dos militares revolucionários presos.**

— vamos reforçar a nossa organização em todos esses locais.



poder popular, colocando-se ao serviço das CMs e CTs, na construção das assembleias populares, são homens que sempre recusaram vender a nossa pátria, seja a quem for.

Vejam os:

É ou não verdade que:

— os operários, os empregados, os moradores dos bairros pobres e degradados quando estavam em luta, **fossem de que partido fossem**, sabiam que, sempre que aparecia a PM, onde exerciam o comando os majores Tomé, Campos, Andrade e Cuco Rosa (agora presos), era para dar o seu apoio armado, **NUNCA PARA OS REPRIMIR;**

— as CMs e CTs de Cabo Ruivo a Marvila, que tantas e tantas vezes reuniram no Ralis, sabem como o major Dinis de Almeida (agora preso!), sempre apoiou a sua organização e fortalecimento;

— na região da Pontinha foi o capitão Cabral e Silva (agora preso) que presidiu à 1.ª assembleia popular local, e é conhecido por todos os moradores dos bairros pobres da zona, o apoio dado pelas máquinas do RE1, na abertura de ruas e esgotos...

— em Almada, a Lisnave, a Pary Son..., sabem como tiveram a seu lado o Forte local e o seu comandante — o capitão Luz (preso e solto posteriormente);

— quando os programas do MFA da rádio e TV, apontavam claramente na via do poder dos trabalhadores, na sua luta e organização, quem os dirigia? — o capitão Paulino (TV) e o capitão Duran Clemente (Rádio) — o 1.º preso, o 2.º perseguido;

— os trabalhadores da Cintura Industrial de Lisboa, aprovam massivamente, nos plenários do dia 24 um **MANIFESTO** — quem o assinava? — um conjunto de oficiais que agora estão presos ou perseguidos!

— muitos mais estão presos e perseguidos..., o Copcon foi dissolvido. **Porque diz então a Imprensa actual que são contrarevolucionários**, se sempre estiveram com o povo e a revolução?

Porque diz então o PCP que são esquerdistas, se, entre eles, estão muitos que todos sabem estar ligados ao próprio PC e tinham até há pouco o seu apoio expresso?

Porque quer para uns quer para outros, os oficiais revolucionários são «perigosos»: para os primeiros, porque querem voltar a reprimir, para os segundos porque querem «manobrar», ambos sossegadamente, as massas trabalhadoras.

E eram essas manobras que esses oficiais travavam!

Mas se conhecermos melhor quem veio substituí-los melhor ficaremos a perceber que tudo isto,

vamos resistir e vencer!



em todas as fábricas, empresas, bairros, escolas, formemos:
COMISSÕES PARA A LIBERTAÇÃO DOS MILITARES PRESOS